

Saúde das mulheres marisqueiras e seus atravessamentos: uma revisão da literatura

The health of female shellfish gatherers and how it is affected: a review of the literature

*Jéssica Ferreira Santos*¹
*Suiane Costa Ferreira*²

RESUMO

A mariscagem se constitui como uma atividade predominantemente feminina. Este estudo teve como objetivo investigar as condições de saúde das marisqueiras buscando entender a realidade, dificuldades e riscos que estas mulheres de comunidades tradicionais vivenciam no seu dia a dia.

PALAVRAS-CHAVE: Marisqueiras. Saúde Ocupacional. Saúde da trabalhadora.

ABSTRACT

Shellfish gathering is a predominantly female activity. This study aimed to investigate the health conditions of female shellfish gatherers in order to understand the reality, difficulties and risks that these women from traditional communities experience in their daily lives.

KEYWORDS: Shellfish gatherers. Occupational health. Women workers' health.

* * *

Introdução

A mariscagem é definida como toda a atividade desenvolvida sem a utilização de uma embarcação pesqueira. Caracteriza-se pela captura ou extração de elementos animais ou vegetais que tenham na água o seu meio de vida, na beira do mar, em rios, manguezais ou lagoas. A mariscagem se

¹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia. Pesquisadora do Coletivo Afrocentrar Saúde, Brasil. E-mail: jessfs199@gmail.com

² Enfermeira. Doutora em Educação e Contemporaneidade. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia. Coletivo Afrocentrar Saúde. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Brasil. E-mail: sucacosta02@gmail.com

constitui como uma atividade predominantemente feminina (Bastos et al., 2023) e realizada pelas chamadas marisqueiras.

As marisqueiras são trabalhadoras artesanais que fazem parte de comunidades tradicionais do litoral brasileiro. Lembrando que uma comunidade tradicional é um grupo de pessoas que se reconhecem como tal e que possuem uma cultura diferenciada da maioria da sociedade. Eles têm formas próprias de organização social e vivem em territórios que são importantes para eles (Brasil, 2007). As sociedades tradicionais são caracterizadas pela dependência com a natureza e os ciclos e recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um modo de vida próprio, pela relação desses recursos com as práticas e saberes perpassados por gerações (Diegues, 1983).

Segundo Rodin (2021), a pesca artesanal segue o padrão da divisão sexual do trabalho, onde recai sobre as mulheres o papel das atividades domésticas e de cuidado. Quando se trata da pesca artesanal, esta divisão sexual do trabalho, envolve também a divisão do espaço, mar e terra, bem como os ambientes de transição entre eles, nesta simbologia, o mar representa o espaço físico masculino e a terra está ligada à feminilidade, deste modo, “[...] a atividade produtiva das mulheres se restringe aos ambientes de transição entre o mar e a terra, coroa e mangues, e a terra propriamente dita” (Rodin, 2021, p. 11). O processo de trabalho das mulheres na pesca artesanal recebe grande invisibilidade e baixo reconhecimento profissional, apesar de participarem de toda a cadeia produtiva do pescado: extração, beneficiamento e comercialização (Martins, 2023).

A mariscagem é uma importante estratégia de subsistência produzida pelas mulheres, garantindo alimento e renda para uma população que sofre com as desigualdades sociais, raciais e de gênero, enfrentando problemas associados à pobreza, analfabetismo e pouca infraestrutura sanitária (Nóbrega et al., 2014), além de assegurar também a conservação dos saberes tradicionais e do modo de vida das comunidades (Rodin, 2021).

Santana, Loureiro e Almeida (2015) complementam afirmando que o trabalho de mariscagem é realizado como uma atividade extrativista, onde se retira da natureza aquilo que necessita para sua subsistência, e muitas vezes de forma autônoma, onde as mulheres são donas do seu próprio meio de produção e possuem independência para escolher como e quando realizar seu trabalho. Contudo, a mariscagem se inicia cedo na vida, muitas mulheres têm que levar seus filhos com elas para mariscar, por não ter com quem e nem onde deixar (Araújo et al., 2023). Em relação ao dia de trabalho das marisqueiras, este se inicia antes do nascer do sol, ainda é noite ao fazerem os preparativos para a mariscagem, verificando os materiais de trabalho, cozinhando e limpando a casa e cuidando dos filhos, para poder ir para mais um dia de trabalho (Araújo et al., 2023).

Para o ofício, são utilizados um conjunto de tecnologias sociais e tradicionais para a realização de suas atividades de mariscagem, desenvolvidas manualmente pelas próprias marisqueiras (Santana, Loureiro e Almeida, 2015). Tradicionalmente, as marisqueiras são filhas de marisqueiras e acompanham as mães desde muito novas, observando e aprendendo a arte de mariscar (Vasconcelos et al., 2020).

Os saberes e conhecimentos dentro da mariscagem são passados de forma empírica, principalmente através da oralidade e da vivência prática (Araújo et al., 2023). São saberes ancestrais, são conhecimentos geracionais, das mães, avós, bisavós e depois das suas filhas (Vasconcelos et al., 2020).

Infelizmente, durante as etapas de extrativismo, manipulação, beneficiamento e conservação, coexistem diversos riscos ocupacionais e ambientais à saúde das marisqueiras. A mariscagem pode acarretar diversas doenças relacionadas ao trabalho e gerar situações de incapacidade temporária e permanente. Alguns estudos realizados com marisqueiras no Brasil identificaram associações entre esse trabalho e doenças ocupacionais. Soma-se a isso, o racismo ambiental e o racismo institucional aos quais as comunidades pesqueiras estão expostas cotidianamente, segundo dados do

Relatório: Conflitos Socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil (2021).

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo investigar as condições de saúde das marisqueiras, buscando entender a realidade, dificuldades e riscos que estas mulheres de comunidades tradicionais vivenciam no seu dia a dia.

Aspectos metodológicos

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com uma abordagem qualitativa. Este método permite que haja a incorporação de pesquisas com delineamentos diferentes de modo a aprofundar o assunto estudado. Também é possível, por meio desse método, o levantamento de dados teóricos e práticos de maneira sistemática e ampliada (Whittemore; Knafl, 2005). A presente revisão foi conduzida conforme recomendação proposta pela diretriz PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) (Galvão; Pereira, 2015).

Para o delineamento da estratégia de busca e elaboração da questão norteadora, foi utilizada a estratégia PICO [População, Interesse e Contexto], sendo: (P) – mulheres marisqueiras; (I) – saúde das mulheres marisqueiras; e (O) - compreensão da realidade, dificuldades e riscos. O levantamento dos estudos ocorreu em julho de 2024, sendo guiado pela seguinte questão norteadora: “Como se encontra a saúde das marisqueiras diante da realidade, dificuldades e riscos vivenciados no processo de trabalho?”

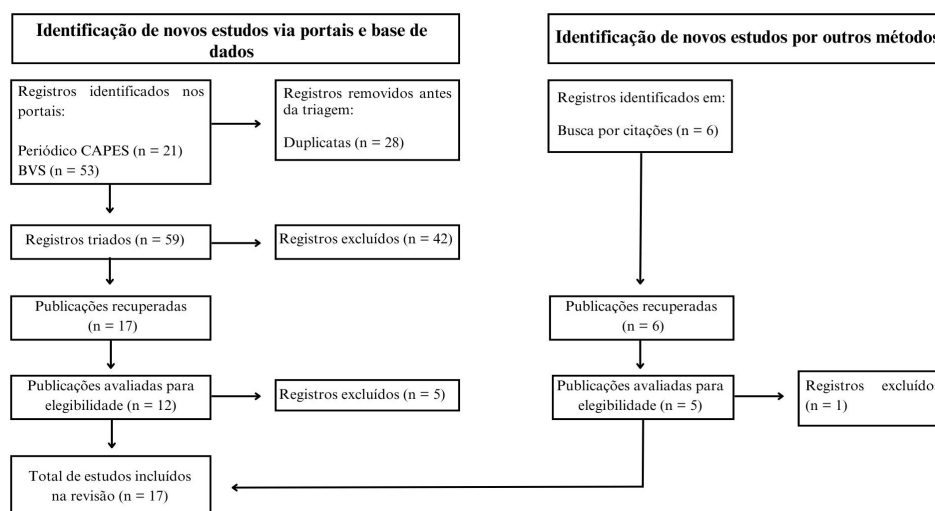
Como fonte de análise, foram utilizados artigos disponíveis através dos portais Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), que possuem abrangência de estudos multidisciplinares. As teses e dissertações foram buscadas a partir do Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES. As palavras-chave e descritores controlados utilizados foram: Health/Saúde; Occupational Health/Saúde Ocupacional; Workers' health/Saúde do trabalhador/; Shellfish

gatherers/Marisqueiras. Os descritores controlados das bases de dados foram estabelecidos em consonância com o Medical Subject Heading (MeSH) e os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Vale lembrar ainda que foi utilizado o booleano “AND” ou “OR” para combinar os descritores entre eles. Também complementamos o levantamento com busca manual nas citações dos estudos primários identificados. As buscas foram realizadas por dois avaliadores que trabalharam de forma independente.

Foram incluídos estudos publicados em português ou inglês, oriundos de pesquisa original, relatos de experiência, estudos de caso, de abordagem quantitativa ou qualitativa, sem recorte temporal e que abordassem a saúde das marisqueiras. Foram excluídos as cartas, editoriais, livros, trabalhos indisponíveis na íntegra e aqueles cujo tema claramente não correspondia ao recorte do presente estudo, além dos estudos duplicados nas bases de dados. A exclusão ocorreu primeiramente com base em títulos e resumos e, então, com base na leitura integral dos artigos.

Para descrição do processo de busca e seleção, utilizou-se o fluxograma PRISMA para detalhar as informações pertinentes à busca, conforme representado na Figura 1. Para a seleção inicial dos estudos, os avaliadores revisaram os títulos e resumos conforme os critérios de inclusão/exclusão estabelecidos. Nessa etapa preliminar, os estudos duplicados e que não atendiam aos critérios de inclusão foram removidos. Os artigos incluídos foram analisados na íntegra e os dados foram extraídos manualmente dos artigos e organizados em uma planilha por todos os autores, compreendendo: título; autor; ano; idioma; território de pesquisa; tipo de estudo; resultados.

Figura 1. Fluxograma de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos estudos conforme as recomendações PRISMA.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Resultados e Discussão

Foram encontradas 87 publicações (21 via portal CAPES e 53 via BVS), onde, ao serem analisados os critérios de exclusão, duplicidade e elegibilidade, 70 foram excluídos. Dessa forma, a amostra final foi composta por 17 publicações.

Dos 17 estudos incluídos nesta revisão, 11 publicações estavam em língua portuguesa e 6 em língua inglesa. A publicação mais antiga foi encontrada em 2011 e a mais recente em 2023. Todos os estudos são pesquisas de campo, empíricas, onde a maioria aconteceu na região nordeste do Brasil, principalmente no estado da Bahia.

Após leitura na íntegra das publicações, foram definidas três categorias de análise, sendo estas: 1) Agravos à saúde física das marisqueiras; 2) Alimentação e saúde das marisqueiras; 3) Os direitos e os não acessos.

Agravos à saúde física das marisqueiras

A mariscagem realizada pelas mulheres ocorre em ambientes propícios aos riscos ergonômicos, físicos, químicos e biológicos (Pena, Freitas, Cardim,

2011). Com base nos dados encontrados, os riscos ergonômicos são os que mais afetam o dia a dia das mulheres que mariscam.

Os riscos ergonômicos envolvem o excesso de movimentos e esforços repetitivos, levando a LER (lesões por esforço repetitivo) e DORT Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (Lopes et al., 2021) e elevada sobrecarga muscular e manuseio de carga e movimentos repetitivos para escavar os mariscos na areia durante a coleta, ou descasque (extração da carne da concha). Além disso, as marisqueiras precisam permanecer de cócoras ou sentadas em posição curvada por horas (Couto et al., 2019). O risco mecânico, o qual envolve o afogamento, o risco de acidentes de trabalho com materiais perfurocortantes, ao manipular os mariscos, além do risco de quedas, também são fatores de perigo no meio da mariscagem (Lopes et al., 2021).

Falcão et al. (2015) comentam que em todas as etapas da mariscagem, principalmente a coleta, o transporte e a cata, estão sob riscos ergonômicos, sobretudo devido à postura com o tronco inclinado, os movimentos repetitivos, a força para segurar as ferramentas e realizar os levantamentos de carga, ocasionando uma sobrecarga muscular. No estudo realizado por Müller et al. (2022), em Santiago do Iguape, Cachoeira-Ba, teve como resultado que a maior prevalência de doenças musculoesqueléticas (DME) nas marisqueiras era nas regiões lombares (86,4%), punho e mão (73,5%) e parte superior das costas (66,8%). Pena, Freitas e Cardim (2011) e Couto et al. (2019) também identificaram a alta prevalência de dores em alguma parte do corpo relatado pelas marisqueiras entrevistadas, principalmente no pescoço, ombros, dorso, membros superiores e região lombar, além do excesso rítmico centrado no punho nas atividades repetitivas.

Pena, Freitas e Cardim (2011) comentam que a ‘cadência infernal’ a qual as mulheres estão expostas pelos movimentos repetitivos por longos períodos no processo de trabalho só não agrava mais o quadro de LER, pois as mulheres têm autonomia para interromper a atividade em razão do esgotamento físico, contudo mesmo sofrendo de LER ou outras patologias,

estas mulheres seguem trabalhando para sobreviverem. A dor crônica torna-se um fato da vida.

Outro ponto importante para a ocorrência de DORT são os anos de experiência, o qual é diretamente proporcional à presença de DME. No estudo realizado em Saubara, Bahia, a média de anos de trabalho foi significativamente alta, demonstrando que a exposição aos fatores ergonômicos e do ambiente acumulou durante o tempo, além do fato de que as marisqueiras também estão vulneráveis a longas horas de trabalho, com uma média de 7-8 horas, podendo chegar a 11 horas por dia (Falcão et al., 2019).

Muller et al. (2017) explicam que a presença de DME, a exemplo das crises de dores nos ombros e a redução da mobilidade articular, debilita a qualidade de vida, as habilidades funcionais, podendo até prejudicar a realização de atividades de vida diárias. As pescadoras/marisqueiras artesanais vivem e se alimentam com o fruto do seu trabalho, esta é a subsistência do núcleo familiar. Quando a marisqueira é afetada por uma lesão osteomuscular, isto se configura como um risco para seu modo de vida e de toda sua família.

Para Couto et al. (2019), a alta prevalência de DME lombar identificada no estudo se relaciona ao fato de se tratar de uma população de baixa renda, onde as mulheres precisam trabalhar por longos períodos para aumentar a produção e garantir a sobrevivência da família, vendendo ou consumindo os mariscos, mesmo na presença de fadiga e dor. Além disso, há altas exigências físicas exigidas na atividade de coleta de mariscos e essa exposição inicia-se na infância, em média 13 anos, com mínimo de 4 anos. Além disso, as mulheres relataram que dedicam muitas horas semanais aos afazeres domésticos, caracterizando dupla jornada de trabalho. Esses fatores agravam a sobrecarga física dessas mulheres.

Larrea-Killinger (2022) destaca que, como as marisqueiras, desde a infância, realizam atividades de mariscagem acompanhando as mães, são expostas muito cedo aos manejos de instrumentos, o sol e as intempéries,

áreas rochosas e mangues sem proteção. Deste modo, devido à exposição desde a infância a situações pouco adequadas, os riscos relacionados aos fatores externos acumulam-se ao longo do tempo, gerando grandes impactos ao longo da vida e no seu desenvolvimento (Müller et al., 2016).

Fontes et al. (2017) também trazem a questão das jornadas simultâneas que ocorre no lar, os afazeres domésticos, a mariscagem, captura e beneficiamento do marisco, e muitas vezes o cuidado da produção agrícola, os quais juntos deixam indeterminado as horas de trabalho total e as caracteriza como jornadas triplas.

Nas entrevistas realizadas por Lopes et al. (2021) na colônia de pescadores de Eusébio no Ceará, as marisqueiras relataram diversas situações de agravo à saúde percebidas por elas, desde visão prejudicada por produzir materiais de pesca até dores no corpo e na virilha pelo tempo que se mantinham agachadas e pelo esforço que fazem na lama para se locomover, além de que, o próprio ambiente de trabalho produz riscos à saúde, como a sujeira na água que gera incômodos e dor na pele exposta.

No levantamento realizado por Müller et al. (2016), em Saubara, Bahia, obteve-se como resultado das entrevistas uma prevalência geral de 94,7% de lesões músculo esqueléticas (LME) em todas as regiões do corpo, seguida por 23,3% de hipertensão, 10,5% de artrite e 6,7% de diabetes, repercutindo em altas taxas de doenças crônicas não transmissíveis nesta população. Lopes et al. (2021) também evidenciaram estes dados em sua pesquisa-ação, onde a maioria das marisqueiras relatava problemas de saúde relacionados a doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, colesterol alto e problemas de envelhecimento e na acuidade visual.

Quando abordado a questão da saúde mental, na pesquisa de Rodríguez-Romero et al. (2013), identificou-se que a prevalência é muito próxima da população geral, contudo, quando abordado a vitalidade da população, este foi uma das variáveis mais afetadas, tendo como razões possíveis a carga física de trabalho e as atividades domésticas realizadas por estas marisqueiras. Esse resultado é corroborado por Müller et al. (2016) onde

é comentado que as pescadoras artesanais alcançaram pontuações muito mais baixas no domínio da saúde física do que da saúde mental, trazendo em vista as jornadas dupla/tripla desgastantes destas mulheres. Couto et al. (2019) descrevem que a maioria das marisqueiras vai ao manguezal em grupo, os quais são escolhidos de acordo com a afinidade, e, portanto, apresentam alto grau de apoio social.

Na mariscagem, entre os riscos biológicos, tem-se: o trabalho realizado no mangue que pode ocasionar condições como a dermatite de contato por animais e plantas marinhas. Já os riscos químicos, estão relacionados a fumaça do cozimento dos mariscos, podendo causar rinite e sinusite (Lopes et al., 2021), além de estarem expostas a enfrentar substâncias químicas presentes no óleo bruto, como HPA (Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos), que estão associados a dermatoses, problemas nos olhos, náuseas, dores de cabeça, doenças endócrinas e ao sistema reprodutivo (Silva et al., 2021).

Para além das longas jornadas de trabalho, Martins (2023) comenta sobre o meio em que estas mulheres estão inseridas e como a política ambiental transforma as suas vidas. Contaminações de rios, mar e mangue pela indústria petrolífera, além dos conflitos de terra e socioambientais, transformam os meios de trabalho das marisqueiras em um risco à saúde, bem como o modo de vida de toda a comunidade.

Também são considerados aspectos críticos as condições de higiene pessoal, que pela falta de saneamento básico e questões culturais, levam estas marisqueiras a realizarem suas necessidades fisiológicas no ambiente natural (Pena; Freitas; Cardim, 2011). Assim como a exposição excessiva ao sol e ao clima sem a devida proteção e cuidados (Müller et al., 2016), como EPIs e roupas adequadas, além da falta de cuidado adequada com a pele, ao não ter acesso a protetor solar e utilizar querosene como forma de proteção contra mosquitos (Fontes et al., 2017).

Por conta da eumelanina (que dá a cor que varia do preto ao marrom na pele), 90% dos raios UVB são absorvidos na epiderme e dissipam sua energia na forma de calor em vez de transferi-la para o DNA, evitando que

eles penetrem nas camadas mais profundas e vulneráveis da pele. Alchorne et al. (2024) apontam que a melanina confere naturalmente fator de proteção solar de 13,4 em comparação com 3,4 nos brancos. A pele escura transmite 7,4% de raios UVB em comparação com 29,4% na pele clara, ou seja, aproximadamente quatro vezes menos raios UVB atingem a derme superior, minimizando o fotoenvelhecimento e a propensão aos tumores cutâneos. Porém, como os raios UV deterioram o sistema de defesa, a pele negra também requer fotoproteção. Entretanto, as marisqueiras normalmente não têm acesso a materiais de proteção (sol, chapéu, protetor solar, camisas de proteção contra raios UV) e ficam expostas ao risco de câncer de pele.

Os acidentes também se relacionam à mordedura de serpentes a cortes por ostras (Larrea-Killinger, 2022). Pena, Martins e Rego (2013) também identificaram que entre os acidentes estão: afogamentos na água e na lama dos manguezais; acidentes com animais marinhos e peçonhentos; acidentes perfurocortantes com mariscos, pedras e outros meios existentes no ambiente aquático de manguezais que causam ferimentos, fraturas e risco de tétano; acidentes com raios. Tais riscos são agravados ao atingirem crianças, gestantes e idosos (Pena; Gomez, 2014).

Alimentação e saúde das marisqueiras

As mulheres marisqueiras utilizam os pescados para compor a mesa da família e contribuir com o consumo da comunidade, assim, além de gerarem renda, também podem adquirir subsistência com os mariscos, frutos do seu trabalho. Na pesquisa realizada na Ilha de Itaparica por Jesus, Pena e Araújo (2023) foi compreendido que as práticas alimentares desta população são compostas principalmente pela atividade pesqueira. O mar, o manguezal, os rios e lagos são estratégias usadas para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) destas populações, contudo ainda não permitem que estas marisqueiras vivam sem incerteza alimentar, já que a pesca pode ser

inconstante, gerando a insegurança e o medo da fome (Jesus; Pena; Araújo, 2023).

A mariscagem garante o desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente, combatendo as desigualdades de gênero, assim como diminuindo a pobreza e como um mecanismo de SAN, apresentando-se como uma forma de resistência e autonomia. Todavia, esse meio de existência é colocado em risco pela contaminação do ambiente, principalmente pelo derramamento de petróleo ocasionando uma maior insegurança alimentar e nutricional para uma população que já vivencia a incerteza da alimentação (Silva et al., 2021).

Jesus, Pena e Araújo (2023) entrevistaram marisqueiras moradoras da Ilha de Itaparica (Bahia), autodeclaradas negras, a maioria com baixo nível de escolaridade, todas com filhos. Mais da metade dessas mulheres são chefes de família e a renda principal é gerada através da mariscagem, sendo esta somada a auxílios governamentais. Infelizmente, na pesquisa, fica evidente que, apesar de os frutos-do-mar estarem presentes nos seus lares, não afastam a incerteza alimentar. Se considerado o aspecto da busca da quantidade e variedade requeridas para o adequado aporte alimentar e nutricional, as entrevistadas vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional (IAN). A dieta ofertada pelo mar é complementada com alimentos de baixo valor nutricional, fontes de gorduras saturadas e trans, além do alto teor de carboidratos refinados e sódio.

Esse cenário de IAN se agravou a partir de 2019 por ocasião do desastre ambiental do derramamento de petróleo no litoral, o que provocou uma ruptura no trabalho e modo de vida das comunidades pesqueiras, causando danos ao meio ambiente, gerando incertezas quanto a segurança alimentar e ameaçando a sobrevivência dessa população. Ademais, no ano seguinte, o desastre sanitário causado pela pandemia da Covid-19 intensificou ainda mais a IAN nos territórios, pois as ações de proteção à saúde instituídas pelas autoridades determinaram a interrupção da atividade pesqueira em função da necessidade de isolamento social para conter a transmissão do vírus

(Jesus; Pena; Araújo, 2023). Esse fenômeno, conhecido como racismo ambiental, impacta adversamente os mais vulnerabilizados e o ecossistema.

Os direitos e os não acessos

Segundo os dados coletados, a população marisqueira enfrenta diversas dificuldades para conseguir acessar o sistema de saúde pública. Em suas entrevistas, Lopes et al. (2021) exemplificam que a dificuldade de acesso e o relacionamento com os agentes de saúde trazem insatisfação no atendimento destas mulheres, em sua maioria inseridas em uma situação de pobreza. Os autores descrevem que as dificuldades de acesso são evidenciadas nas declarações e queixas das marisqueiras pelo: atendimento médico, dificuldade de marcação de consultas e exames, atendimento domiciliar, atendimento hospitalar e as inexistentes ações em saúde voltadas para a população de pesca artesanal.

Almeida (2016) também descreve a dificuldade para agendar consultas com especialistas e realizar os exames necessários, problemas que levam à desistência do tratamento, podendo gerar um agravamento das doenças. O autor reforça a necessidade de os serviços de saúde estarem capacitados para atender esta comunidade tradicional e identificarem as lesões e as relacionarem a doenças específicas do trabalho, podendo instruir as marisqueiras sobre seus direitos, bem como, se utilizar do documento de notificação de Comunicação de Acidente de Trabalho (Almeida, 2016), o qual pode gerar dados estatísticos, viabilizando políticas públicas para melhor adequar as necessidades destas trabalhadoras.

Outra barreira enfrentada pelas marisqueiras é a busca pela previdência social. Quando necessitam de um afastamento do trabalho por questões de saúde, ou acidente no trabalho, bem como cuidados com a saúde devido a riscos ocupacionais, as marisqueiras enfrentam diversas barreiras, principalmente a invisibilidade de seu trabalho artesanal (Pena; Martin; Rego, 2013).

Devido à falta de políticas públicas de promoção à saúde e obrigação de realização de exames médicos que visem a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho, as trabalhadoras artesanais enfrentam um grande quadro de invisibilidade epidemiológica (Pena; Martin; Rego, 2013), prejudicando as marisqueiras quando as mesmas buscam o serviço da previdência social e sofrem com a discriminação, estigma e resistência, onde não são reconhecidas como trabalhadoras da pesca artesanal (Pena; Gomez, 2014).

Larrea-Killinger (2022) também aponta que a invisibilidade epidemiológica é um grave problema de saúde, principalmente por estas mulheres estarem categorizadas como trabalhadoras artesanais. Não existe,

[...] políticas sanitárias que protegem os mariscadores dos riscos de saúde (acidentes e carga de trabalho, acidentes por herança, mordidas, picadas de insetos e animais venenosos, etc.) e que facilitam a atenção e prevenção das doenças resultantes das condições de trabalho, como dores crônicas e problemas musculoesqueléticos devido às más posições e movimentos repetitivos (Larrea-Killinger, 2022, p. 4).

A invisibilidade desta categoria também é comentada por Muller et al. (2022), que expõem que entre as categorias de maior risco para DME, segundo o Ministério da Saúde do Brasil, a pesca artesanal não está representada, já que a lista só fala dos trabalhadores formais brasileiros. Deste modo, devido à mariscagem ser considerada categoria de trabalho informal, a mesma não está sujeita aos mesmos direitos que outras profissões, como a garantia da pensão e dos cuidados necessários para tratar a DORT (Muller et al., 2022).

Pena, Freitas e Cardim (2011) descrevem que as marisqueiras não possuem férias, descanso semanal e nem feriados remunerados. Quando decidem não trabalhar, elas têm como consequência a perda da produção e do dinheiro adquirido através da venda da mesma. Araújo (2023) destaca que, no campo trabalhista, muitas marisqueiras desconhecem seus direitos, assim, não possuem registro profissional e atuam de forma informal, onde estão privadas de seus direitos trabalhistas e ficam à mercê da desvalorização de seu trabalho e invisibilidade do mesmo.

Bastos et al. (2023) investigaram uma população quilombola tradicional pesqueira no Nordeste do Brasil, cuja principal atividade ocupacional é a extração e beneficiamento de mariscos. A maioria das participantes era do sexo feminino. Dentre os participantes, 62,9% não recebem nenhum tipo de benefício previdenciário. Apesar de se submeter a uma jornada de trabalho exaustiva (90,9%), com exposição a substâncias químicas (83,9%), ruído (69,9%) e radiação solar (88,2%), a maioria não obtém rendimentos que garanta a subsistência familiar (79,6%). Então, há um importante déficit no recebimento de benefícios previdenciários em uma população quilombola tradicional que atende aos critérios de segurados especiais. Os autores sugerem adequação da legislação, de forma que o acesso aos benefícios se torne mais justo para as comunidades tradicionais.

Considerações finais

Com a revisão integrativa da literatura foi possível compreender que o trabalho com a mariscagem, do modo que é realizado, sem proteção adequada, com altas jornadas e esforço repetitivo, gera impactos gigantescos na qualidade de vida destas mulheres, que aprenderam a conviver com a dor, para poder trabalhar e garantir a sua família condições de sobrevivência. Da mesma forma, essas mulheres encontram no mar e nos mangues o sustento e a manutenção de uma cultura ancestral, onde colocam em prática conhecimentos geracionais, os quais são passados de avó para mãe e filha.

Contudo, é necessário garantir que estas mulheres usufruam de direitos básicos, principalmente o acesso à saúde e à previdência social, através de políticas públicas efetivas. Outro fato que destacamos é a necessidade de desenvolver mais pesquisas para aprofundar sobre a saúde reprodutiva e geniturinária das marisqueiras e sua relação com o trabalho de mariscagem, muitas vezes, imersas nas águas por horas a fio.

Terminamos o presente trabalho trazendo a visão de Vasconcelos et al. (2020, p. 9), a qual relata que as marisqueiras são “mulheres que brotam da

lama, que conectam suas vidas à vida do mangue, pois, da própria lama, sustentam-se [...] nessa mesma lama, pisaram suas mães, suas avós, suas bisavós, e, depois delas, pisam suas filhas. São corpos que, antes de conhecer o mundo, já conheciam os rios”. É preciso cuidado e proteção para essas mulheres.

Referências

ALCHORNE, Maurício Mota de Avelar et al. Dermatology in black skin. *An Bras Dermatol*, v.99, n.3, 327-341, 2024. doi: 10.1016/j.abd.2023.10.001.

ALMEIDA, Marcella Cristina Ever de. *A saúde e doença em sua relação com o trabalho das pescadoras/marisqueiras da mesoregião Nordeste Paraense*. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado de Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

ARAÚJO, Acássia Santos et al. Protagonismo invisível: a importância e os desafios das marisqueiras de Ilha Grande. *Rev. Científica Multidisciplinar*, v.4, n.1. 2023. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i1.2487>.

BASTOS, Maria Luiza Almeida et al. Benefícios previdenciários de pescadores artesanais e marisqueiras em comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v.48, e9, 2023, <https://doi.org/10.1590/2317-6369/20821pt2023v48e9>

BRASIL. Ministério da Saúde. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

COUTO, Maria Carolina Barreto Moreira et al. Prevalence and Work-Related Factors Associated with Lower Back Musculoskeletal Disorders in Female Shellfish Gatherers in Saubara, Bahia-Brazil. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v.6, n.5, 857, 2019. doi:10.3390/ijerph16050857

DIEGUES, Antônio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

FALCÃO, Ila Rocha et al. Prevalência dos distúrbios musculoesqueléticos nos membros superiores e pescoço em pescadoras artesanais/marisqueiras em Saubara, Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n.8, p. 2469-2480. 2015. DOI: 10.1590/1413-81232015208.17272014.

FALCÃO, Ila Rocha et al. Fatores associados com os distúrbios musculoesqueléticos em pescadoras artesanais/marisqueiras em Saubara, Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n.7, p. 2557-2568. 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018247.19712017.

FONTE, Cátia dos Santos et al. Aspectos da saúde laboral das marisqueiras do Estado de Sergipe: desafios e possibilidades. IX EPEA Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Juiz de Fora - MG 13 a 16 de agosto de 2017 Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Jonas-Rocha-Antao/publication/358128535_Aspectos_da_saude_laboral_das_marisqueiras_do_Estado_de_Sergipe_desafios_e_possibilidades/links/61f16283dafcdb25fd52804a/Aspectos-da-saude-laboral-das-marisqueiras-do-Estado-de-Sergipe-desafios-e-possibilidades.pdf

GALVÃO, Tais; PEREIRA, Maurício Gomes. Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v.24, n.2, 333-334, 2005. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200016>

JESUS, Laís Lima; PENA, Paulo Gilvane Lopes; ARAÚJO, Kênia Lima. Aspectos da (in)segurança alimentar e nutricional vivenciados por mulheres marisqueiras. *Segur. Aliment. Nutr.*, v. 30, n. 023024, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v30i00.8673751>.

LARREA-KILLINGER, Cristina. Experiencias del dolor entre los mariscadores de la región del Baixo Sul, estado de Bahía, Brasil». *Disparidades. Revista de Antropología*, v.77, n.2, e022, 2022. doi: < <https://doi.org/10.3989/dra.2022.022> >.

LOPES, Isabelle Bernardina da Silva et al. Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Revista Brasileira De Saúde Ocupacional*, v.46, e5, 2021. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000028719>

NÓBREGA, Gabriela Silva et al. Formação para marisqueiras em segurança de alimentos e saúde do trabalhador: uma experiência na comunidade de Ilha do Paty, Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n.5, p. 1561-1571. 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014195.03772013.

MARTINS, Cláudia Raquel Cardoso Farias. *Mariscagem, Mulheres e Trajetórias na Maré*: um debate acerca da experiência das mulheres marisqueiras do município de Pirambu. XI Jornada Internacional Políticas Públicas, São Luis, Maranhão. 2023.
MÜLLER, J.S. et al. Health-Related Quality of Life among Artisanal Fisherwomen/Shellfish Gatherers: Lower than the General Population. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, v. 13, n. 466. 2016. DOI:10.3390/ijerph13050466.

MÜLLER, Juliana dos Santos et al. Artisanal fisherwomen/shellfish gatherers: analyzing the impact of upper limb functioning and disability on health-related quality of life. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n.11, p. 3635-3644. 2017. DOI: 10.1590/1413-812320172211.13392016.

MÜLLER, Juliana dos Santos; SILVA, Eduardo Mendes; REGO, Rita Franco. Prevalence of Musculoskeletal Disorders and Self-Reported Pain in Artisanal Fishermen from a Traditional Community in Todos-os-Santos Bay, Bahia, Brazil.

Int. J. Environ. Res. Public Health, v. 19, n. 908. 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph19020908>

PENA, Paulo Gilvane Lopes; FREITAS, Maria do Carmo Soares; CARDIM, Adryanna. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n.8, p. 3383-3392. 2011.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; GOMEZ, Carlos Minayo. Health of subsistence fishermen and challenges for Occupational Health Surveillance. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.19, n.12, 4689–4698, 2014. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.13162014>

PENA, Paulo Gilvane Lopes; MARTINS, Vera; REGO, Rita Franco. Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. *Revista Brasileira De Saúde Ocupacional*, v.38, n.127, 57–68, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572013000100009>

Relatório dos Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil – 2021. Disponível em <http://observatoriopescaartesanal.org.br/publicacoes/>

RODIN, Patrícia. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: A experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, Baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). *Rev. Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.23, e202133pt, 2021. DOI:<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt>.

RODRIGUEZ-ROMERO, Beatriz et al. Qualidade de vida relacionada à saúde em trabalhadores do setor pesqueiro usando o questionário SF-36. *Gac Sanit.*, v. 27, n.5, p. 418–424. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.gaceta.2013.01.011>.

SANTANA, S.Z.C.; LOUREIRO, C.F.; ALMEIDA, T.R. de. Mulheres marisqueiras: uma categoria “às margens” das políticas públicas. *Jornada Internacional Políticas Públicas*, 2015.

SILVA, Luis Rons Caula et al. Derramamento de petróleo no litoral brasileiro: (in)visibilidade de saberes e descaso com a vida de marisqueiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26(12), p. 6027-6036. 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212612.15172021.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Farias et al. Mulheres e mariscagem: invenções de si no (in)mundo mangue. *Psicologia em Revista*, v. 26, n. 1, p. 325-345. 2020. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p317-335>

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52, 546-553, 2005.

Recebido em março de 2025.
Aprovado em julho de 2025.